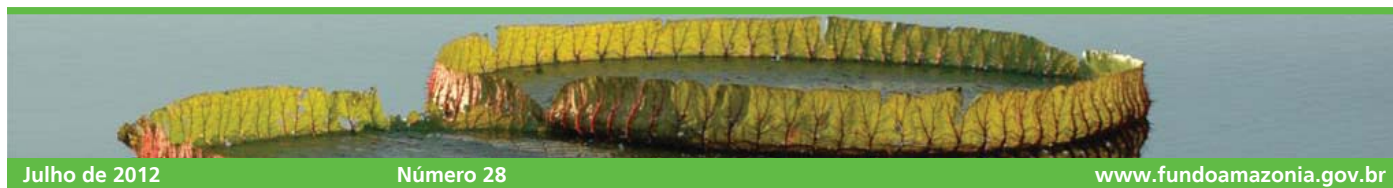


Boletim Fundo Amazônia, n. 28, jul. 2012

<http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigital>



Julho de 2012

Número 28

www.fundoamazonia.gov.br

Fundo Amazônia divulga salvaguardas socioambientais

Princípios e critérios são voltados aos direitos de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares

No esforço contínuo de aprimorar a comunicação e a transparência de sua atuação, o Fundo Amazônia divulga em seu portal na internet (www.fundoamazonia.gov.br) uma síntese dos princípios e critérios socioambientais seguidos na análise dos projetos apoiados.

Esses princípios e critérios estão organizados e apresentados a partir dos oito princípios definidos em “Salvaguardas Socioambientais de REDD+”, documento de construção coletiva consolidado em 2010 pelo Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), uma iniciativa para contribuir com subsídios para a elaboração de políticas públicas relacionadas a REDD+ e que envolveu o setor privado, organizações ambientalistas, representantes de povos indígenas, comunidades tradicionais, agricultores familiares e instituições de pesquisa.

Os oito princípios que constam no documento são: Cumprimento legal; Reconhecimento e garantia de direitos; Distribuição dos benefícios; Sustentabilidade econômica, melhoria de qualidade de vida e redução de pobreza; Conservação e recuperação ambiental; Participação; Monitoramento e transparência; e Governança.

As salvaguardas serão atualizadas conforme novas deliberações do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA), que es-

tabelece as “Diretrizes e Critérios para a aplicação de Recursos” do Fundo Amazônia.

Para o BNDES, o patamar mínimo de salvaguardas exigido é o cumprimento, em todos os projetos, dos aspectos éticos e legais, sejam de direitos humanos, trabalhistas, fiscais ou econômicos.

Os potenciais riscos e impactos dos projetos são avaliados pelas equipes de análises que, em conjunto com os proponentes, identificam e definem ações que visam à sua eliminação ou à sua mitigação. O resultado dessa análise pode ser a alteração de alguns aspectos do projeto inicial; a inclusão de condicionantes a serem cumpridas nas fases de aprovação e contratação e de desembolso dos recursos para sua implementação; e, ainda, o estabelecimento de cláusulas contratuais específicas, como por exemplo a exigência de formalização de acordos de parcerias e a anuência das populações envolvidas.

Também são consideradas as particularidades territoriais e sociais da região de atuação e das políticas públicas em que o projeto se insere, buscando-se, em cada caso, a observância das diretrizes e critérios do COFA, em especial aqueles voltados ao público-alvo prioritário do Fundo Amazônia – comunidades tradicionais, assentamentos e agricultores familiares e aqueles aplicáveis às instituições e tipos de projeto apoiados pelo Fundo.

Aspectos socioambientais no BNDES

O BNDES tem em sua tradição de análise de projetos a base de seu conhecimento e forma de atuação, considerando, no processo de análise, os mais diversos aspectos envolvidos na implementação de um projeto. Inovação, criação de empregos, trabalho e renda, impacto no dinamismo local e no desenvolvimento regional e socioambiental, entre outros, fazem parte dessa visão ampliada, em consonância com as diretrizes publicamente expressas de sua Política Socioambiental.

Para além dos impactos diretos, que são resultados das atividades desenvolvidas, a avaliação de um projeto deve

abranger as demais consequências, procurando mensurar e potencializar as externalidades positivas, também chamadas de cobenefícios, e evitar ou minimizar os eventuais riscos e impactos negativos.

Todos os projetos encaminhados ao BNDES recebem classificação de risco ambiental, e quando pertinente, recomendações socioambientais a serem observadas no processo de análise. Quando há significativo impacto territorial, os projetos também são alvo de uma política específica para suas áreas de influência. Para saber mais sobre a atuação do BNDES, visite www.bndes.gov.br.

Fundo Amazônia apoia projetos ecossociais no Mato Grosso, Tocantins e Maranhão

A Diretoria do BNDES aprovou, no âmbito do Fundo Amazônia, apoio financeiro não reembolsável, no valor de R\$ 12,8 milhões, a projeto do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) intitulado “Pequenos Projetos Ecossociais na Amazônia”. Será apoiada a realização de quatro chamadas públicas que visam selecionar e financiar projetos socioambientais de



Crédito: Simone Schneider/BNDES

Coleta de sementes nativas para reflorestamento

pequeno valor voltados a agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais no Bioma Amazônia, especificamente nos estados do Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.

Com prazo de execução de 60 meses, o projeto visa dar continuidade ao Programa de Pequenos Projetos Ecossociais (PPP-ECOS), que apoia, por meio de chamadas públicas, projetos socioambientais de pequeno valor que tenham como

objetivo estimular o potencial produtivo nas comunidades, na interação com os ecossistemas locais, tendo como impactos positivos esperados a diminuição do desmatamento e da degradação ambiental, em conjunto com a melhoria na geração de trabalho e renda.

Com base em suas experiências anteriores, o ISPN investirá no fortalecimento das redes das

instituições da sociedade civil, por meio de atividades como capacitações e intercâmbios. Também serão desenvolvidas iniciativas para a gestão do conhecimento adquirido, como a sistematização dos resultados e a publicação de estudos, de forma a propiciar uma melhor qualificação da participação social dos beneficiários na sua contribuição para a formulação e implementação de políticas públicas.

Grupo de Trabalho aborda alternativas de atuação voltadas a povos indígenas

Iniciativa conta com participação de FUNAI, MMA, COIAB, FBOMS e BNDES

Na 12ª reunião do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA), realizada em 14 de dezembro de 2011, foi instituído Grupo de Trabalho (GT) para tratar do apoio aos povos indígenas no âmbito do Fundo Amazônia. O GT tem o propósito de refletir e debater sobre as alternativas e modelos de atuação que melhor contemplem esse público-alvo e suas organizações.

Serão abordados, dentre outros temas, as diretrizes oriundas da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em terras indígenas (PNGATI), a identificação de projetos estruturantes e a construção de modelos inovadores – a exemplo do Fundo Kayapó, apoiado pelo Fundo Amazônia.

O GT é composto de representantes da FUNAI, MMA, COIAB, FBOMS e BNDES, e poderá convocar outras entidades que possam contribuir com as discussões.

Durante os três anos de atuação do Fundo Amazônia já foram criadas diversas comissões pelo COFA para aprofundar



Crédito: Fábio Maciel/BNDES

Os rios são parte importante da vida dos povos indígenas da região
as discussões do Comitê, como a Comissão para Detalhamento e Estruturação de Projetos – Apoio a Projetos Produtivos Sustentáveis, que originou a Seleção Pública de Projetos Produtivos Sustentáveis por Entidades Aglutinadoras.

Até o momento já foram realizadas três reuniões do GT Indígena (27 de abril, 10 de maio e 1º de junho). Os resultados desse grupo serão apresentados ao COFA.